



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

**ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - RAE / 2018**

No dia dezanove de março do ano de dois mil e dezoito, às 14h, na sala de reunião da Diretoria-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no 13º andar, da Avenida do Contorno n.4631, reuniram-se os seguintes integrantes do Grupo Estratégico, Paulo Sergio Barbosa Carvalho, Diretor-Geral, Telma Lúcia Bretz Pereira, Diretora Judiciária; Douglas Eros Pereira Rangel, Secretário-Geral da Presidência; Vinicius Moreira de Lima, Assessor da Vice-Corregedoria Regional; Denise Maria Reis Grego, Secretária de Apoio Judiciário; Ana Rita Goncalves Lara, Diretora de Administração; Lucineide Pimentel Teixeira, Secretária de Comunicação Social; Gilberto Atman Picardi Faria, Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações; Alexandra Marques de Freitas, Secretária da Escola Judicial; Walter Augusto de Matos, representando a Diretoria de Orçamento e Finanças; Sandra Pimentel Mendes, Secretária de Gestão Estratégica. Ausente Sheyla de Campos Mendes, Diretora de Gestão de Pessoas. Convidados os juízes Dr. Glauco Rodrigues Brecho, Juiz Auxiliar da Presidência e Dra. Wilméia da Costa Benevides, Juíza Diretora do Foro de Belo Horizonte. Além dos integrantes do grupo estratégico acima mencionados, participaram também os seguintes servidores: Elaine Bernardes Falcão, Gabinete da Vice-Corregedoria; Bruno Pereira Torrozo, Juliana Aparecida Ribeiro, Patrícia Helena dos Reis e Victor Aubin Verzani Souza da Secretaria de Gestão Estratégica; Antônio Cláudio dos Santos Rosa e Olavo de Oliveira Dantas da Secretaria de Controle Interno e Gustavo Nunes Ferreira da Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicações. Os trabalhos foram abertos pela Secretária de Gestão Estratégica, Sandra Pimentel Mendes, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e apresentou a pauta: Análise de dados pela Seção de Estatística e os Resultados de 2017. Ato contínuo, a Chefe da Seção de Estatística, Juliana Aparecida Ribeiro, apresentou alguns dados coletados no Sistema e-Gestão que sintetizaram as estatísticas apuradas nas 1ª e 2ª instâncias deste Tribunal. Primeiramente a servidora explanou a respeito da fase de conhecimento do 1º grau. Foi mostrado que, em 2017, o Regional solucionou 265.789 processos, dentre eles, 97.413 foram conciliações. Mencionou que, dos 274.586 processos finalizados, 178.489 foram arquivados definitivamente, restando ainda um acervo de 306.163 processos pendentes de finalização. Ressaltou que houve um incremento de 3,66% na Taxa de Congestionamento do conhecimento, saindo do



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

patamar de 37,48% em 2016 para 38,85% em 2017. Analisando ainda a 1ª instância, em relação à fase de liquidação, a servidora pontuou sobre o acervo de 38.831 processos pendentes de finalização, enquanto que, na fase de execução, esse acervo atingiu 217.114 processos. A Taxa de Congestionamento da execução caiu de 75,67% em 2016 para 68,88% em 2017 (queda de 8,97%). Quanto aos prazos médios em 2017, foi apontado que o tempo médio apurado do início até a extinção da execução foi de 1.284 dias corridos. A servidora chamou a atenção para o fato de que, nas três fases do 1º grau, inúmeros processos pendentes de finalização são muito antigos, existindo alguns que foram ajuizados no Tribunal durante as décadas de 70, 80 e 90. Em relação à 2ª instância, no ano de 2017 foram solucionados 106.997 processos, houve 109.485 acórdãos lavrados e 75.550 processos foram baixados, dentre eles, 1.497 arquivados definitivamente. Contudo, foi mencionado que, ao final do ano, restaram 56.909 processos pendentes de baixa. A Taxa de Congestionamento no 2º grau cresceu 2,58%, saindo de 41,88% em 2016 e subindo para 42,96% em 2017. A explanação da servidora foi finalizada com o apontamento para os prazos médios da 2ª instância: de 82 dias corridos da autuação/distribuição até o julgamento e de 199 dias corridos da autuação/distribuição até a baixa. Após, a servidora Patrícia Helena dos Reis esclareceu que para dar agilidade a reunião que as providências tomadas em relação as deliberações da RAE anterior foram encaminhadas por email e que qualquer dúvida a SEGE está à disposição para oferecer os esclarecimentos necessários. Ressaltou que foi encaminhado para as unidades o Glossário de Indicadores do Plano Estratégico Institucional do CSJT (Resolução CSJT nº 197/2017) com lista de contatos para que se possa tirar dúvidas em relação a forma de aferição dos indicadores. Destacou, ainda, que será realizada como de praxe uma avaliação dos objetivos e indicadores estratégicos com desempenho insuficiente e dos projetos estratégicos com entrave na execução, sendo que o resultado já é de conhecimento, considerando que o Relatório de Desempenho foi enviado em fevereiro de 2017 para validação das unidades. Na sequência, Patrícia Reis apresentou os resultados do Plano Estratégico do Regional, destacando que o percentual de objetivos estratégicos que tiveram as metas relacionadas alcançadas foi de 64%, 14% dos objetivos obtiveram metas parcialmente alcançadas, 22% de metas relacionadas não alcançadas, desempenho superior ao de 2016, cujos valores foram 29%, 21% e 50%,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

respectivamente. Para oferecer dados mais detalhados, Patrícia Reis passou a descrever a situação dos indicadores estratégicos, destacando que 67% tiveram suas metas cumpridas, 9% ficaram com as metas próximas dos valores estipulados para cumprimento, 19% dos indicadores não tiveram suas metas cumpridas e 5% ficaram sem aferição, por impossibilidade de medição. Na busca de fomentar a participação das unidades e promover uma discussão ampliada da análise do desempenho estratégico, na presente RAE foram apresentados os indicadores que se encontram com o farol vermelho e discutidas propostas de melhoria na tentativa de alavancar os resultados. Foram eles: Indicador 13 - Tempo médio de duração do processo de execução contra ente privado (dias) e Indicador 16 - Número de ações voltadas à prevenção da judicialização: Patrícia Reis esclareceu que conforme previamente negociado com a Administração do Biênio 2018/2019 ocorrerá uma revisão dos objetivos estratégicos da área fim, e neste momento os indicadores serão também ajustados, por este motivo a proposta de melhoria em relação aos indicadores supracitados acontecerá oportunamente; Indicador 54 - Número médio de dias despendidos na fase interna para realização de aquisições por Pregão Eletrônico (PE) e Indicador 55 - Número médio de dias corridos despendidos na fase externa para realização de aquisições por Pregão Eletrônico (PE): Ana Rita Goncalves Lara, Diretora de Administrativo esclareceu que a deliberação apresentada na RAE anterior não se mostra muito efetiva para alavancar o resultado os indicadores, pois verificou que a repetição de procedimentos licitatórios desertos, ocorreram em situações específicas, nas quais o demandante não atualizou os preços. Desta forma, pretende-se com a retomada da execução do Projeto Estratégico Otimização do Processo de Aquisição introduzir as melhorias necessárias por meio da revisão dos processos de trabalho. Bruno Torrozo lembrou a importância de se fixar marcos de aferição inicial para que se tenha parâmetros de acompanhamento de evolução dos processos, sendo que tal possibilidade será sugerida pelo EPRO quando da revisão das entregas do projeto. Indicador 30 - Percentual de cargos de Juiz Substituto: Douglas Eros Pereira Rangel, Secretário-Geral da Presidência lembrou que com a destacou que com a publicação da Resolução Administrativa n. 1861/2016 pela ENAMAT, a atuação dos Regionais está limitada e considera prudente avaliar uma possível revisão do indicador; Indicador 47 - Índice de execução do orçamento disponibilizado: Walter



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Augusto explicou da impossibilidade de cumprimento da meta estipulada, uma vez que 23,41% do orçamento do TRT3 está alocado no Projeto Estratégico – Implantação do Novo Fórum de Belo Horizonte e a obra não está sendo executada conforme cronograma estabelecido. Acrescentou, ainda, que a melhora do indicador só acontecerá com o aumento da execução orçamentária dentro do próprio exercício financeiro e para tanto envolve diversas ações que englobam diversas unidades do TRT3, como por exemplo um planejamento de aquisições, de modo que estas aconteçam e que a liquidação e o pagamento ocorram dentro do exercício financeiro. Destacou, que tal prática estaria alinhada com o novo regime fiscal implantado por meio da EC 95/2016, uma vez que diminuiria a inscrição de restos a pagar – RAP que comprometem a execução de orçamentos futuros. Os presentes asseveraram que por meio da retomada da execução do Projeto Estratégico Otimização do Processo de Aquisição é possível vislumbrar alterações nos processos de trabalho e consequente mudança na cultura, aliando-se a isto o comprometimento dos gestores em envidar esforços com vistas a executar as obrigações assumidas para evitar a inscrição em RAP. Indicador 51 - Índice de execução de restos a pagar não processados do exercício anterior e Indicador 52 - Índice de execução de restos a pagar não processados de dois exercícios anteriores: Walter Augusto esclareceu sobre a dificuldade de cumprimento das metas estabelecidas, uma vez que a validade da nota de empenho inscrita em RAP é de 18 meses, podendo ultrapassar este período em caso de liquidação iniciada e não concluída, sendo que a meta prevê a aferição nos 12 meses o exercício. Em razão disto, sugeriu que a meta fosse alterada. Paulo Sérgio Barbosa Carvalho, Diretor-Geral, entendeu que seria melhor manter a meta, por enquanto, pois é preciso este monitoramento de forma ostensiva, observando que a diminuição do RAP geraria uma possibilidade de maior orçamento futuro, o que os demais corroboraram. Walter Augusto solicitou, ainda, a revisão da fórmula de cálculo dos indicadores 51 e 52, considerando que os valores mais expressivos inscritos em RAP são empenhos estimativos e é comum que na execução dos mesmos ocorrerem sobras a cancelar, logo deveria expurgar os valores referentes a RAP cancelado. Os presentes endossaram a solicitação de alteração, o que deverá ser submetido ao Tribunal Pleno. Dando continuidade, Patrícia Reis apresentou o desempenho das metas nacionais. Esclareceu que a apuração demonstra que as metas IPJ - Índice de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Processos Julgados, IPA - Índice de Processos Antigos, IE - Índice de Execução, IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas e IRA - Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes apresentaram resultados satisfatórios. Já o ICONC - Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento apresentou desempenho abaixo do previsto, com percentual de cumprimento em 90,67%.

| <b>METAS GERAIS 2017</b>   | <b>1º GRAU</b>             | <b>2º GRAU</b>              | <b>Resultado</b>               |
|--|----------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| *Meta 1: Julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período   | 112,48%                    | 119,14%                     | 114,16%<br>Meta<br>Cumprida    |
| Meta 2: Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º e 2º graus                   | 110,43%                    | 98,58%                      | 109,38%<br>Meta<br>Cumprida    |
| Meta 3: Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, em 2020 | 90,67%                     | -                           | 90,67%<br>Meta Não<br>Cumprida |
| *Meta 5: Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período   | 102,90%                    | -                           | 102,90%<br>Meta<br>Cumprida    |
| *Meta 6: Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau e até 31/12/2015 no 2º grau  | 98,34%<br>Meta<br>Cumprida | 100,00%<br>Meta<br>Cumprida |                                |
| Meta 7: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, até 2020                               |                            |                             | 102,90%<br>Meta<br>Cumprida    |

Patrícia Reis ressaltou a importância de se fazer uma análise mais pormenorizada das metas definidas pelo CNJ, uma vez que a alteração dos percentuais de cumprimento pode gerar uma percepção equivocada em relação do desempenho do TRT3, uma vez que mesmo com o cumprimento das metas, há uma curva ascendente no crescimento dos acervos. O IEOD - Índice de Execução Orçamentária apresentou um desempenho de 82,73%. O Tempo Médio de Duração do Processo ampliou de 141 dias em 2015 para 170 dias em 2017, no 1º grau; e 160 dias em 2015 para 199 dias em 2017, no 2º grau. Acrescenta-se que não houve aferição para IGov e que para IGov Pessoas e IGov TI utilizou-se para 2017 a aferição de 2016 e as metas foram consideradas cumpridas. Ato contínuo, passou-se à apresentação da situação dos Projetos Estratégicos. O servidor Bruno Torrozo apresentou o andamento da execução dos projetos estratégicos em 31.12.2017, destacando que 34,04% dos projetos estavam em andamento, sem entraves; 6,38%, com problemas pontuais; 10,64% dos projetos apresentavam algum tipo de problema mais grave; 36,17% dos projetos foram encerrados e 12,77 não foram iniciados ou estavam suspensos. Na sequência Bruno Torrozo passou a especificar quais programas e projetos estratégicos se encontravam



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

com algum tipo de problema mais grave o que gerou alguns debates e deliberações que serão descritas a seguir: Retomar o desenvolvimento do PROJ15012 - Otimização do Processo de Aquisições, incluindo a entrega de proposta de revisão dos indicadores 54 e 55, com vistas a alavancar o conjunto de indicadores relacionados à gestão orçamentária e à execução dos processos de aquisição; PROJ 15020 Implantação do SIGEP, o Diretor-Geral asseverou que tal projeto é prioridade da Administração do Biênio 2018/2019, bem como da atuação administração empossada no TST/CSJT, destacando diversas ações que estão sendo empreendidas para auxiliar nos trabalhos como a vinda de servidores do CSJT, TRT2, TRT11, TRT23 e TRT24 para auxiliar o TRT3, o acompanhamento mais direto da execução do Projeto Estratégico, coordenado pelo Assessor-Chefe da Diretoria-Geral, a realização do evento nos dias 15 e 16 de março que teve foco na folhawebe e eSocial, a participação de Margarida Almeida da reunião dos diretores gerais que irá ocorrer esta semana. Reforçou que a execução total do projeto e por consequência o atendimento das demandas advindas do eSocial é indiscutível, sob pena de responsabilidade penal, pois se trata de uma obrigação tributária; PROJ 15024 Feedback e PROJ 15027 Recompensar tiveram a solicitação de cancelamento atendida pelo Comitê de Projetos; e PROG 15011 Programa Trabalho Saudável e Seguro: Bruno Torrozo dispôs sobre a dificuldade na contratação e/ou execução de diversos contratos que suportavam a execução dos projetos vinculados ao programa em questão. Esclareceu que em razão dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, coordenado pela Desembargadora Denise Alves Horta, houve um redirecionamento das ações da Diretoria de Saúde, como exemplo o foco dado a execução do Projeto Estratégico aprovado em 2017 PROJ17036 – Estudo para efetividade da gestão de Gabinetes com foco na saúde de magistrados e servidores. Lembrou, ainda, que os Exames Médico e Odontológico Periódicos terão o normativo revisto, buscando incrementar a participação de magistrados e servidores. Em seguida, a Secretária de Gestão Estratégica agradeceu a presença de todos, destacando a participação valiosa do Dr. Glauco Rodrigues Brecho e da Dra. Wilméia da Costa Benevides, uma vez que para que as RAEs cumpram seu objetivo é preciso fomentar a participação de magistrados e servidores cujas atividades estejam diretamente ligadas a prestação jurisdicional e deu por encerrada a reunião. Para



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

constar, eu, Sandra Pimentel Mendes, Secretária de Gestão Estratégica, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos presentes.

Paulo Sergio Barbosa Carvalho  
Diretor-Geral

Telma Lúcia Bretz Pereira  
Diretora Judiciária

Douglas Eros Pereira Rangel  
Secretário-Geral da Presidência

Denise Maria Reis Grego  
Secretária de Apoio Judiciário

Ana Rita Goncalves Lara  
Diretora de Administração

Lucineide Pimentel Teixeira  
Secretária de Comunicação Social

Gilberto Atman Picardi Faria  
Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações

Alexandra Marques de Freitas  
Secretária da Escola Judicial

Walter Augusto de Matos  
representando a Diretoria de Orçamento e Finanças

Vinicius Moreira de Lima  
Assessor da Vice-Corregedoria Regional



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Dr. Glauco Rodrigues Brecho  
Juiz Auxiliar da Presidência

Dra. Wilméia da Costa Benevides  
Diretora do Foro de Belo Horizonte

Elaine Bernardes Falcão  
Servidora do gabinete da Vice-Corregedoria

Antônio Cláudio dos Santos Rosa  
Secretário de Controle Interno

Olavo de Oliveira Dantas  
Servidor da Secretaria de Controle Interno

Gustavo Nunes Ferreira  
Servidor da Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicações

Bruno Pereira Torrozo  
Servidor da Secretaria de Gestão Estratégica

Juliana Aparecida Ribeiro  
Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica

Patrícia Helena dos Reis  
Servidor da Secretaria de Gestão Estratégica

Victor Aubin Verzani Souza  
Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

RAE 19.03.2018

| DELIBERAÇÃO   | RESPONSÁVEL  | SITUAÇÃO ATUAL |
|---|--|----------------|
| 1. Revisão dos indicadores 13 e 16 que deverá ocorrer quando da revisão dos objetivos estratégicos da área fim relacionados no Mapa Estratégico do TRT3.  | Gabinete de Apoio da SEGE                              |                |
| 2. Avaliar a pertinência de manutenção do indicador 30  | Gabinete de Apoio da SEGE em parceria com a SEGP       |                |
| 3. Retomada da execução do projeto estratégico "Otimização do Processo de Aquisição" com vistas a alavancar os indicadores 47, 54 e 55 por meio da entrega de revisão dos processos de trabalho correlatos. | DADM (EPRO e EPT darão suporte técnico)                |                |
| 4. Alterar a fórmula de cálculo dos indicadores 51 e 52   | Gabinete de Apoio da SEGE submeter à apreciação da CGE |                |